

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA

Maria Laura Chaves dos Reis ¹

Genésio Rodrigues ²

Janaína Melo ³

Tatiana Rodrigues ⁴

Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima ⁵

INTRODUÇÃO

Na atualidade, numa sociedade dita interativa, deparamos-nos com o desafio da acessibilidade, que se constitui como fator integrante e primordial no processo de inclusão de pessoas com deficiência em todas as dimensões sociais, um desafio a ser superado. Muitas são as dificuldades e barreiras encontradas para o acesso às práticas pedagógicas no âmbito escolar, estamos constantemente diante desse desafio e convivendo com o movimento chamado inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Muitas adaptações são necessárias para favorecer as pessoas com deficiência na educação, e na realidade, muitas escolas brasileiras e as famílias ainda não foram orientadas e preparadas para garantir o desenvolvimento individual integral e cognitivo das pessoas com deficiência.

A inclusão escolar de alunos com deficiência na rede de ensino regular é um direito garantido Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), que coloca a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado e que deve ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. (BRASIL, 1996). No entanto, essa ação não se efetiva.

Acredita-se que os direitos das pessoas com deficiência estão estabelecidos na Constituição Federal no que se referem à acessibilidade, educação, trabalho, saúde e assistência social, transporte, cultura e lazer, entre outros. Quanto às ações e programas, para diminuir a exclusão, discriminação e o preconceito referente às pessoas com deficiências ou necessidades específicas, acredita-se que a mudança de atitude favoreça a inclusão social em amplos aspectos, pois todas as pessoas são iguais e, portanto, merecedoras de todo o apoio do Estado, da família e da sociedade em geral que precisa reconhecer o direito da pessoa com deficiência, buscar e promover a equidade social.

Muitas são as dificuldades e barreiras que as pessoas com deficiência encontram, e na escola não é diferente, a falta de acessibilidade é um dos entraves, aliado à dificuldade de mobilidade e a própria cultura ainda arraigada em nossa sociedade em ver apenas a deficiência da pessoa, desprezando todo seu potencial criativo e cognitivo, esses entre outros fatores levam muitas famílias a não lutarem pelo direito à inclusão da criança com deficiência à escola.

O ambiente escolar é para todos um espaço que é por natureza de interação entre pessoas, é nesse espaço que vamos estabelecer a comunicação para construção de novas relações com o outro, com o saber e para construção de novas relações com o conhecimento, onde o aprendizado, a aquisição de novas habilidades ganha muito mais sentido quando a pessoa está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal, UFPE, lauracreis@hotmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal, UFPE, genesiorodriguesdossantos@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal, UFPE, janamso@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal, UFPE, tatiana24rodrigues90@gmail.com;

⁵ Professora Orientadora, Pós Doutorado na Universidade Federal, UFPE, asforarafaella@gmail.com;

Ou seja, é fundamental oportunizar esse convívio, para que, de fato, a pessoa com deficiência não esteja à parte, que não fique realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido, e que em nada contribuem para sua formação e desenvolvimento, possibilitar essa interação é o primeiro passo no processo de inclusão. Partindo desse pressuposto, fizemos o seguinte questionamento: como promover acessibilidade para que a pessoa com deficiência possa se sentir acolhida no ambiente escolar?

Esse trabalho é resultante de pesquisa bibliográfica, tomando como ponto de partida a Constituição Federal, leis e livros didáticos de autores e estudiosos sobre a temática da Inclusão, e no campo da observação *in loco*, utilizamos para observação a Escola Dom Azeredo Coutinho, sua estrutura física, e as práticas pedagógicas em andamento.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEESP, 1998), implica uma nova postura da escola regular que deve propor no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos, observando-se as diferenças e necessidades específicas. Uma escola inclusiva a diversidade deve ser valorizada em detrimento da homogeneidade. De acordo com o MEC-SEESP:

“Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica” (MEC-SEESP, 1998).

No Brasil, segundo Mazzotta, (1996) o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854 (atualmente Instituto Benjamin Constant – IBC), e os Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX, é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MAZZOTTA, 1996, p. 75).

Segundo Bobbio (1992), as mudanças foram a partir do século XX, quando as pessoas com deficiências passam a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade. A primeira diretriz política aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo primeiro artigo diz “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direito”. (BOBBIO, 1992, p.262).

Nos anos 1960 surgem as primeiras críticas à segregação, defendendo a normatização, a adequação da pessoa com deficiência à sociedade permitindo sua integração. A Educação Especial no Brasil aparece pela primeira vez na Lei de Diretrizes e Bases nº. 4.024, de 1961. (BRASIL, 1961).

Nos anos 1980 e 1990 declarações e tratados passam a defender a inclusão. A Constituição Federal promulgada em 1988, traz no artigo 3º, inciso IV um dos objetivos fundamentais: “promover o bem para todos, sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garante atendimento às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, p.2).

A construção dos direitos humanos, não previa o direito das pessoas com deficiência, no entanto, assim como o de outros grupos discriminados da população, não começa com a

legalidade de textos, mas com a legitimidade de ações de pessoas e grupos organizados que, por meio da pressão social, reivindicam direitos humanos e impulsionam a mudança, adequação e implementação e/ou prática da legislação. Essa é a essência da nova cidadania, reivindicada, vivenciada, exercida e praticada por pessoas e movimentos sociais em todo o mundo. Segundo Sasaki (2006),

“Inclusão como paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações”.

Se a concepção de inclusão é construir uma sociedade para todos, a questão da acessibilidade é de grande importância nesse contexto, pois a liberdade deve ser estabelecida de forma igualitária, visando a equidade social. A palavra acessibilidade é definida na legislação brasileira como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”. (Cartilha de Acessibilidade da Agência Nacional de Transportes Terrestre-ANTT. 2012)

A Lei Federal nº 10.098 de 19/12/2000 ainda define a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida aquela que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo.

Sasaki (2013, p.2) vai dizer que a acessibilidade é “uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Ela dará à pessoa com deficiência autonomia e independência gerando qualidade de vida para todos. Ele estruturou a acessibilidade didaticamente em seis dimensões, são elas: **Arquitetônica** (sem barreiras físicas); **comunicacional** (sem barreiras na comunicação entre as pessoas); **metodológica** (sem barreiras nos métodos e técnicas utilizados nos sistemas sociais comuns); **instrumental** (sem barreiras de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.); **programática** (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e **atitudinal** (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para com as pessoas com deficiência). (SASSAKI,2013, p.15)

Portanto, para se pensar em inclusão escolar, faz-se necessário conseguir superar as barreiras da acessibilidade e promover o acolhimento das pessoas com deficiências, ou seja, uma sociedade inclusiva é aquela que é capaz de contemplar toda a diversidade humana e encontrar meios para que qualquer pessoa, privilegiada ou vulnerável, possa ter acesso a ela, preparar-se para assumir papéis e contribuir para o bem comum.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Os recursos metodológicos adotados para alcançar os objetivos deste trabalho foram: a pesquisa bibliográfica, as observações no ambiente escolar, entrevistas informais com alguns funcionários da escola e professores.

A caracterização como qualitativa segue o argumento de GOLDENBERG (1997, P.34), afirma que “Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa, opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria”. E agora pautados no pensamento de DESLAURIERS (1991) *apud* Silveira e Córdova, no tocante a pesquisa qualitativa,

“O cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e

ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58) ”.

A pesquisa teve o delineamento de Pesquisa de Campo, que em consonância com FONSECA, caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002), pois para obtermos as informações necessárias, realizamos visitas à escola para observar a prática pedagógica, a vivência escolar e colher informações através de entrevistas.

O registro das observações se deu por anotações em diário de campo, as entrevistas foram gravadas por *smartfone* para servir de base na análise, realizada juntamente aos outros dados coletados e observados *in loco*. De acordo (ZANELLI, 2002), *apud* Ferreira, Torrecilha e Machado, a observação atenta dos detalhes coloca o pesquisador dentro do cenário de forma que ele possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais, ao mesmo tempo em que lhe permite uma interlocução mais competente (ZANELLI, 2002).

Conforme os autores, a observação é mais adequada a uma análise de comportamentos espontâneos e à percepção de atitudes não verbais, podendo ser simples ou exigindo a utilização de instrumentos apropriados (ZANELLI, 2002). Ademais, para Günther (2006), o ponto forte da observação é o realismo da situação estudada, que fornece um indicador do nível em que as indagações estão para, a partir desta análise, se estruturarem posteriores e complementares entrevistas.

Outra função importante da observação é o pesquisador se familiarizar com o ambiente e conhecer os participantes em potencial (SHAH, 2006), pois as perguntas de posteriores entrevistas devem ser feitas com base nos estilos dos participantes da comunicação e como eles interagem uns com os outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados e nas observações realizadas em visitas à Escola Municipal Dom Azeredo Coutinho, podemos verificar que existem muitas necessidades a serem implementadas, para que as práticas de ensino venham dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos, sabe-se que o movimento inclusivo nas escolas por mais contestado que ainda seja, até mesmo pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence a todos pela sua lógica e pela ética do seu posicionamento social. O momento é de refazer a educação escolar, seguindo novos paradigmas, preceitos, ferramentas e tecnologias educacionais.

No caso em estudo, com relação à acessibilidade constatamos que a escola caminha no sentido de proporcionar um ambiente em que os educandos se sintam incluídos. No tocante às barreiras arquitetônicas, podemos observar a existência de rampas de acesso às escolas e as salas de aulas, que possui corredores amplos o que facilita a mobilidade. Em relação às práticas pedagógicas verificamos que os professores conseguem facilitar o aprendizado, mesmo não existindo salas de recursos, notamos que embora os corredores amplos favoreçam a mobilidade, as portas das salas são estreitas o que dificulta a passagem de cadeirantes e ainda percebemos certos preconceitos em relação à diversidade.

As propostas educacionais que dão conta de uma concepção inclusiva de ensino refletem o que é próprio do meio físico, social, cultural em que a escola se localiza; e são elaboradas a partir de um estudo das características deste meio. Embora mais difíceis de serem concretizadas, elas não são utópicas, e demandam inúmeras ações, que são descritas e estruturadas no plano político pedagógico de cada escola. A inclusão escolar pressupõe mudança no foco, até então, esse foco estava centrado no aluno e deve passar a se centrar no educador, na escola e no sistema escolar em busca de caminhos e mecanismos que venham

garantir o acesso, a permanência, o sucesso, e a qualidade de ensino para o aluno na classe comum.

Os esforços deverão ser concentrados para transformar a escola em espaços inclusivos de forma que os educadores propiciem um ambiente de aprendizagem adequado aos alunos. O “saber fazer” do educador da classe comum está estreitamente ligado ao saber fazer para alunos ditos normais, ou seja, aqueles dentro dos padrões sociais vigentes. Portanto, todo o seu planejamento está voltado para esta clientela.

No momento em que ele recebe em sua turma um aluno com deficiência, torna-se necessário que seu planejamento seja flexível a ponto de oportunizar modificações efetivas sem, contudo, minimizar sua qualidade ou suprimir conteúdo.

CONTRIBUIÇÕES

Os objetivos dessa proposta é despertar para as necessidades mais imediatas dos alunos como: adaptação com a diversidade, adquirir novas experiências com as diversas perspectivas humanas, melhorar a aprendizagem através de trabalhos em grupo, onde haja mais interação, entender que todos são diferentes, e cada um é especial em sua diferença, com ou sem deficiência. Por outro lado, os alunos tido como “normais” aumentam sua amplitude com relação aos papéis sociais, perdendo o medo e abandonando o preconceito em relação às outras crianças desenvolvendo assim cooperação e tolerância. Também adquirem mais responsabilidade melhorando o rendimento escolar. Portanto, ficam preparadas para a vida adulta, porque desde cedo assimilam que as diferenças são enriquecedoras para o ser humano.

Dentre as estratégias pensadas: 1- iniciar o processo de inclusão nas salas de ensino regular, introduzindo atividades e dinâmicas que permitam aos alunos refletirem sobre questões referentes às diferenças, ajudando a substituir o preconceito pela solidariedade e respeito 2- realizar aula ilustrando os seres vivos em sua diversidade e diferenças, utilizando-se de figuras de quadrinhos e outros recursos para mostrar que não existe ninguém igual, tal diversidade faz com que possamos na interação uns com os outros ensinarmos e aprendermos simultaneamente. 3- promover debate com a pergunta: Como seria o mundo se todos fossem iguais, pensando, agindo da mesma maneira, tendo os mesmos gostos, desejos e sonhos? Mostrar as vantagens de sermos pessoas diferentes e nossas contribuições para sociedade, cada um a seu turno; 4- criar um slogan e deixar na sala de aula em lugar visível. Sugestão de Slogan: “Todos Juntos, aprendendo com as diferenças”; 5- sondar com os alunos se eles conhecem alguma pessoa com deficiência e pedir que eles falem sobre essa pessoa, quem é ela? Como é o relacionamento com ela? Que tipo de sentimentos ela desperta em você ?; 6- depois propor dinâmicas de vivência emocional. Como sugestão, propomos a divisão das salas em duplas de modo que cada dupla fique responsável por um tipo de deficiência. Os alunos devem passar alguns minutos como uma pessoa com necessidades específicas. No final, o professor pergunta como eles se sentiram, concluindo a aula com uma reflexão sobre isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos destacar que a pesquisa e execução desse projeto nos ajudou enquanto graduandos em pedagogia, a entender que as medidas governamentais direcionadas as pessoas com deficiência, apesar de muitas vezes adequadas em seu discurso, não conseguem, na prática, reverter, ou ao menos minimizar, a situação educacional dessas pessoas com deficiências, que a inclusão que se tem na prática é uma máscara, na tentativa de atender apenas a legislação e ainda não se reflete como uma ação efetiva e diferenciada para a vida dessas pessoas. Há também dificuldade em proporcionar às pessoas com qualquer tipo de deficiência o acesso a outros bens públicos básicos como a saúde, o transporte urbano, e que essas dificuldades nas políticas públicas não se restringem apenas à escola.

Fazemos também a reflexão de que a inclusão escolar, tem sido entendida pelos órgãos públicos como políticas de ensino para as pessoas com deficiência, como se elas fossem as únicas que estão marginalizadas e excluídas do sistema regular de ensino. Essas compreensões estão respaldadas na Lei n. 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; no Decreto n. 3.298/99 que regulamenta a Lei n. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência e mais recentemente na Resolução CNE/CEBA n. 2, de 11 de setembro de 2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

As diretrizes e orientações influenciam sob a tutela do órgão central professores, escolas, diretores e, conseqüentemente, tiram-lhes a autonomia, estratégias que camuflam os verdadeiros objetivos das propostas e projetos verdadeiramente inclusivos. Fazem discriminação, com uma denominação equivocada inclusão, das escolas, turmas, alunos, professores e currículos. Baseiam-se na normalização e na fixação de identidades, pois trabalham com tipos de aluno categorizados (especial/normal) e de professor (especializado e não especializado).

As denúncias referentes a exclusão escolar são recorrentes, resultante da organização pedagógica e administrativa do Ensino Regular, registra-se desconhecer programa voltado à sensibilização dos familiares para buscarem a garantia desse direito da criança com deficiência, restringindo à inserção de alunos com deficiência na escola regular, o que restringe o acesso apenas aos que procuram, desta forma, não alcançam a totalidade de crianças com deficiência em faixa escolar obrigatória, pois nenhum esforço é feito em âmbito governamental visando à inclusão, ampliação e permanência dessas crianças na escola.

O trabalho propõe discussões sobre a necessidade de novas pesquisas, diálogos e análises sobre essa temática, por se mostrar esta ainda incipiente dada a complexidade do tema.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BOBBIO, Noberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/jun 2006.
- MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Política Públicas. São Paulo: Cortez, 1996.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010b.
- _____. SASSAKI, R. K. Acessibilidade_Arte_3_revisada.indd.2013. P.15
- _____. Deficiência psicossocial: a nova categoria de deficiência. Fortaleza: Agenda 2011 do Portador de Deficiência, 2010a.
- _____. Inclusão no lazer e no turismo. São Paulo: Áurea, 2003.
- SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. Unidade 2. Acesso 16 ago 2019. Disponível em:
http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf
- ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. Estudos de Psicologia, v. 7, p. 79 - 88, 2002.